



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 9 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 6 DE MAIO DE 2016.**

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 4/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 4/2016; -----
2. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
3. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
4. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
5. Parecer Prévio para Prestação de Serviços; -----
6. Apoio ao Rancho Folclórico de Penamacor; -----
7. Adenda ao Protocolo celebrado entre o Município de Penamacor e a Opaflor; -----
8. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 20 de abril do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado solicitou uma alteração à data da próxima reunião de câmara, para se realizar no dia 20 de maio do corrente ano, por motivos profissionais. -----

Em seguida, disse que as sobreiras existentes na Rua da Gateira na freguesia de Pedrógão de São Pedro, continuam no mesmo sítio e na mesma condição. Referiu-se à recente aprovação de uma proposta de retomar a proibição da caça na Serra da Malcata, não correspondendo, no seu ponto de vista, aos interesses do município. Perguntou que tipo de acompanhamento o município está a fazer e que diligências está a tomar em relação a este assunto. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel solicitou ao Senhor Presidente que o relatório dos revisores oficiais de contas acompanhasse o documento das Contas de Gerência na sua aprovação em reunião de câmara. Salientou o facto de o relatório ter chegado só para a sessão da Assembleia Municipal, não tendo tido oportunidade para analisar o mesmo. -----

O Sr. Presidente António Soares registou a solicitação do Senhor Vereador Pedro Folgado da alteração da reunião e no respeitante à questão das sobreiras, disse ter tratado do assunto pessoalmente. Informou que, legalmente, a autarquia não tem competência para poder cortar árvores de espécies protegidas, independentemente do perigo ou não para a via pública. Irá agendar uma reunião com o senhor comandante distrital de Castelo Branco para a resolução da situação. Deu conhecimento que o proprietário foi notificado para dar autorização ao corte dos ramos que estão a por em risco a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

via pública, dando conta que a responsabilidade em alguma situação que venha a acontecer é sempre da proprietária. -----

No respeitante à aprovação de uma proposta de resolução da proibição de caça na Serra da Malcata, disse estar a acompanhar o processo e a trata-lo quer em termos autárquicos, quer em termos políticos. A este propósito, referiu que sempre considerou que o processo da zona de caça na Serra da Malcata é um processo muito positivo para o concelho de Penamacor. Considerou não ser justificável não ser possível exercer a vertente cinegética no município de Penamacor dentro da reserva, quando no município do Sabugal, o espaço está integralmente ordenado em termos cinegéticos. -----

Sobre a questão colocada pelo senhor vereador Vítor Gabriel e referente ao relatório, disse que o mesmo não estava ainda produzido no dia da reunião de câmara e que irá tentar que no futuro chegue atempadamente. -----

Por último, deu conhecimento que no dia 14 de maio na freguesia de Vale da Senhora da Póvoa terão lugar as inaugurações do Forno Comunitário e da Casa da Escola – Espaço Multiusos. Também será apresentado o livro “O vale da Senhora da Póvoa e a sua Romaria” da autoria de António Cabanas. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado acerca das sobreiras, disse que pretende que o assunto seja tratado dentro da legalidade, disponibilizando-se para apoiar nas diligências que sejam necessárias. -----

No que diz respeito à Reserva da Malcata, referiu que politicamente, os vereadores da coligação estão solidários com o município e que tudo farão o que estiver ao seu alcance para apoiar no sentido de garantir o ordenamento cinegético e a autorização de caça na reserva. Considerou tratar-se de um recurso importantíssimo para o concelho. -----

Solicitou ao senhor presidente que fosse estabilizada a localização do gabinete dos vereadores da coligação, pois verificou que o mesmo estava ocupado. -----

O Sr. Presidente António Soares no respeitante ao gabinete dos senhores vereadores, esclareceu tratar-se de uma questão esporádica, fruto do mau



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

tempo, em que o gabinete ao lado ficou em péssimas condições, estando ocupado só enquanto decorrer a sua requalificação. -----

A Sr.^a Vereadora Ilídia Cruchinho deu conhecimento e convidou os senhores vereadores a assistir às 18h a um workshop “Regras e Limites” integrado num ciclo de três workshops “Famílias Felizes”, uma iniciativa do Município em parceria e colaboração com a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penamacor e a Associação Quero-te Muito. Referiu que os workshops visam aproximar as famílias da escola, de modo a promover a participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e valorizar o trabalho conjunto entre Escola e Família na promoção do sucesso escolar dos alunos. -----

Informou já estar disponível na página web da câmara os boletins de candidatura para os apoios sociais escolares do Município de Penamacor para o ano letivo 2016/2017. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 4/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 4/2016. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 5 de maio de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: ____

2 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços MTD, Engenharia, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 60 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação de Ruas em Águas (Rua da Levada e Rua da N.ª Sr.ª Conceição), Bemposta (Rua da Igreja e S. João), Vale da Sr.ª da Póvoa e Acesso à Zona Balnear de Meimão. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação de Ruas em Águas (Rua da Levada e Rua da N.ª Sr.ª Conceição), Bemposta (Rua da Igreja e S. João), Vale da Sr.ª da Póvoa e Acesso à Zona Balnear de Meimão pelo prazo de 60 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 35º da Lei nº 7-B/2016, de 30 de março, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação de Ruas em Águas (Rua da Levada e Rua da N.ª Sr.ª Conceição), Bemposta (Rua da Igreja



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

e S. João), Vale da Sr.^a da Póvoa e Acesso à Zona Balnear de Meimão na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: ---

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 9 200,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, no ano de 2015 não vigorou qualquer tipo de contrato, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços e ou com idêntico objeto (MTD, Engenharia, Lda.) Assim, tomando por referência o valor base da respetiva despesa que é de €10 000,00, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, a redução será de 10% sobre o valor base, de acordo com a alínea b) do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, será revertido 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016, a que corresponderá um valor total de € 9 200,00 (acrescido de IVA). -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato.

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços MTD, Engenharia, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação do Troço Desclassificado da EN 233: Penamacor/Área de Serviço de Águas. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação do Troço Desclassificado da EN 233: Penamacor/Área de Serviço de Águas pelo prazo de 30 dias. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 35º da Lei nº 7-B/2016, de 30 de março, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Requalificação do Troço Desclassificado da EN 233: Penamacor/Área de Serviço de Águas na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: ---

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 11 520,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, no ano de 2015 não vigorou qualquer tipo de contrato, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços e ou com idêntico objeto (MTD, Engenharia, Lda.) Assim, tomando por referência o valor base da respetiva despesa que é de €12 000,00, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

setembro, a redução será de 10% sobre o valor base, de acordo com a alínea b) do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, será revertido 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016, a que corresponderá um valor total de € 11 520,00 (acrescido de IVA). -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços PLURAL – Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 4 meses, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, para prestar serviços de Elaboração do Plano de Pormenor da Ampliação da Zona Industrial de Penamacor. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultadoria técnica para Elaboração do Plano de Pormenor da Ampliação da Zona Industrial de Penamacor pelo prazo de 4 meses. -----

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 35º da Lei nº 7-B/2016, de 30 de março, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração do Plano de Pormenor da Ampliação da Zona Industrial de Penamacor na modalidade de consultadoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 28 800,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, no ano de 2015 não vigorou qualquer tipo de contrato, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços e ou com idêntico objeto (PLURAL – Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda.) Assim, tomando por referência o valor base da respetiva despesa que é de €30 000,00, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, a redução será de 10% sobre o valor base, de acordo com a alínea b) do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, será revertido 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016, a que corresponderá um valor total de € 28 800,00 (acrescido de IVA). -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – PARECER PRÉVIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto nº 5 e no nº 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, conjugado com o nº 18 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 35º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite ao prestador de serviços MTD, Engenharia, Lda., com vista à celebração, pelo prazo de 30 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Redes de Abastecimento de Água em Penamacor. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica para Elaboração de Projeto de Execução de Redes de Abastecimento de Água em Penamacor pelo prazo de 30 dias. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

a) Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

b) Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa; -----

c) Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 35º da Lei nº 7-B/2016, de 30 de março, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso; -----

d) Que a entidade convidada têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração de Projeto de Execução de Redes de Abastecimento de Água em Penamacor na modalidade de consultoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 7 104,00 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. -----

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, no ano de 2015 não vigorou qualquer tipo de contrato, com a mesma contraparte contratos de prestação de serviços e ou com idêntico objeto (MTD, Engenharia, Lda.) Assim, tomando por referência o valor base da respetiva despesa que é de €7 400,00, há lugar à aplicação de uma taxa de redução conforme previsto no artigo 2.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, a redução será de 10% sobre o valor base, de acordo com a alínea

b) do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, será revertido 60% nas remunerações pagas a partir de 1 de abril de 2016, a que corresponderá um valor total de € 7 104,00 (acrescido de IVA). -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento, o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva. -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

6 – APOIO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE PENAMACOR. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. O Presidente da Câmara declarou o impedimento nos termos do nº4 do mesmo artigo. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor encontra-se a organizar a 10º edição do Encontro de Música Tradicional de Penamacor que deverá realizar-se no próximo dia 19 de junho, evento de interesse cultural que contará com cerca de 180 participantes oriundos de grupos folclóricos de todo o país. Com esta iniciativa vai o Rancho mais uma vez promover a dinamização da vila, mobilizando não apenas residentes em Penamacor mas também nas restantes freguesias do concelho e sobretudo atraindo visitantes de outros lugares. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor tem ainda prevista no seu plano de atividades a participação em inúmeros eventos e iniciativas, muitas das quais implicam deslocações em representação do Município e para divulgação do seu folclore. -----

Assim, propõe-se que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir ao Rancho Folclórico de Penamacor um apoio financeiro no valor de 3.000,00€, para apoiar a sua participação em atividades de natureza cultural ou recreativa, dentro ou fora da área do Município, designadamente para fazer face às

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

despesas com deslocações e de logística, com ensaios, com pagamentos ao acordeonista etc. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Finda a deliberação, a Senhora Vereadora regressou à sala de reuniões. -----

7 – ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E A OPAFLOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Foi celebrado em 2 de janeiro de 2003 protocolo entre o Município de Penamacor e a OPAFLOR-Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa para constituição de uma equipa de sapadores florestais na área do concelho de Penamacor. Mediante protocolo assinado em 2 de janeiro de 2011, ratificado pela Câmara Municipal na reunião de 3 de fevereiro do mesmo ano, foi acordada a gestão da equipa de sapadores florestais. -----

Interessa agora introduzir alguns ajustes no conteúdo deste último protocolo, mediante acordo com a OPAFLOR, designadamente no que concerne ao teor da cláusula 1ª já desajustada à data da celebração e da cláusula 5ª, passando o valor previsto na alínea a) de 20.000,00 para 25.000,00 euros e eliminando o conteúdo da alínea b). Mantém-se válido todo o restante conteúdo do documento. -----

Assim, propõe-se que seja deliberado autorizar a celebração com a OPAFLOR- Associação de Produtores Florestais da Serra da Opa, de Adenda ao Protocolo assinado em janeiro de 2011, por forma a que as cláusulas 1ª e 5ª passem a ter a seguinte redação: -----



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Cláusula 1ª: -----

O objeto do presente protocolo é a gestão da Equipa de Sapadores, ao abrigo do Decreto-Lei nº 109/2009, de 15 de maio. -----

Cláusula 5ª: -----

a) Considerando que as despesas comparticipadas pela AFN ao abrigo do programa de sapadores Florestais representam um máximo de 35.000,00 euros do valor das despesas elegíveis, compete à Câmara Municipal de Penamacor assegurar o valor de todas as despesas não comparticipadas pela DGRF, no valor de 25.000,00 euros anuais. -----

b) (Revogado) -----

c) ... -----

Cláusula 6ª: -----

a) A avença referente à alínea a) da cláusula 5ª, será paga nos meses de janeiro, fevereiro, maio, junho e agosto com o valor de 3.500,00 (Três mil e quinhentos euros) e nos meses de julho, setembro e dezembro no valor de 2.500,00 (Dois mil e quinhentos euros). Estas mensalidades serão pagas até ao oitavo dia de cada mês por transferência bancária ou cheque”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.964.286,05 euro e uma despesa também acumulada de 2.493.169,05 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares